

PROJETO DE LEI Nº 2020.
(Do Sr. Deputado Alexandre Padilha)

Acrescenta dispositivo no Decreto-Lei nº 5.452,
de 1º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 200 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

Art.200
.....

IX – medidas de prevenção, intervenção e gestão dos riscos
psicossociais por parte do empregador.

.....

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor um mês após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A iniciativa que ora apresento advém de estudo da pesquisadora Thaisa Mara Leal Cintra Rodrigues, doutoranda na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP no Programa Interunidades. Diz a pesquisadora que segundo dados estatísticos da Agência Europeia para a Saúde e Segurança no Trabalho, os custos globais dos acidentes e doenças relacionados com o trabalho são consideráveis, sendo 2,966 (dois trilhões, novecentos e sessenta e seis bilhões de dólares), o que representa 3,9 % do PIB mundial.



No Brasil, de acordo com dados do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, de 2012 a 2018, o Brasil registrou 16.455 mortes e 4.5 milhões de acidentes. No mesmo período, gastos da previdência com benefícios acidentários; incluindo doenças, corresponderam a R\$ 79 bilhões, sendo perdidos, 351.7 milhões dias de trabalho com afastamentos previdenciários e acidentários.¹

Segundo estatísticas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), os transtornos mentais de trabalhadores com registro formal, está entre as principais causas de concessão de benefício previdenciário como auxílio doença, afastamento do trabalho por mais de 15 dias e aposentadorias por invalidez. O levantamento também mostra que os episódios depressivos são a principal causa de pagamento de auxílio-doença, correspondendo a 30,67% do total, seguido de outros transtornos ansiosos (17,9%), As reações ao “stress” grave, transtornos de adaptação, episódios depressivos e outros transtornos ansiosos causaram 79% dos afastamentos no período de 2012 a 2016.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) alerta, que em 2030, a depressão será a doença mais incapacitante do mundo^{2,3}.

Nesse contexto, em que pesem sejam recorrentes as psicopatologias, observa-se a omissão da legislação, no que tange à regulação dos riscos psicossociais no ambiente de trabalho.

Por oportuno, vale descrever as normas do ordenamento jurídico que tratam das questões de saúde, higiene e segurança no trabalho (Art. 7º, XXII da CF; Art. 157, I e II da CLT; Art. 200 da CLT e Portaria 3.214 /1978 do MTE):

¹ Fundacentro. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/noticias/detalhe-da-noticia/2019/4/acoes-regressivas-gestao-de-riscos-e-impacto-dos-acidentes-de-trabalho-foram-temas-de-debate>. <https://visualisation.osha.europa.eu/osh-costs#1/>. Acesso em: 04.09.19

² WHO. World Health Organization. Relatório Mundial da Saúde. 2002. Lisboa. Disponível em: https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_po.pdf. Acesso em 02.03.20.

³ BBC News, Depressão será a doença mais comum do mundo em 2030, diz OMS. **Disponível em:** https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/09/090902_depressao_oms_cq



